

DIRECIONAMENTO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CIDADES COM PIORES INDICADORES SOCIAIS RECEBEM MAIORES REPASSES?

TARGETING AND ALLOCATION OF RESOURCES WITHIN THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM: DO MUNICIPALITIES WITH WORST SOCIAL INDICATORS RECEIVE BIGGER TRANSFERS?

ORIENTACIÓN Y ASIGNACIÓN DE RECURSOS EN EL PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ¿LAS CIUDADES CON PEORES INDICADORES SOCIALES RECIBEN MÁS TRANSFERENCIAS?

Gustavo Rodrigues de Oliveira¹

Francisco Fernando Pinheiro Leite²

RESUMO

Políticas públicas geralmente são submetidas a diferenciados métodos de avaliação e monitoramento pós-implementação, mas algo que também precisa ser objeto de estudo nessa seara é o direcionamento dos repasses públicos e como estes são definidos ou estruturados. Este estudo se propõe a analisar como foi feito o repasse do Programa Bolsa Família para municípios brasileiros, dentro do estrato entre 38 e 55 mil habitantes, sendo considerado alguns de seus indicadores socioeconômicos. E ainda responder se municípios com piores indicadores sociais recebem mais repasses, alinhando-se aos objetivos do programa. Para esse estudo quantitativo foi aplicado o método de regressão linear (Wooldridge, 2012) sobre dados, como IDH e Renda Média, de 258 municípios para o período de 2013 a 2019, mediante análise das correlações entre as variáveis (indicadores) utilizadas e o valor total repassado aos municípios. Evidenciou-se correlações negativas significantes entre os repasses e alguns indicadores, apontando que a hipótese de que estes estariam direcionados a municípios mais necessitados é verdadeira. Entretanto, outros indicadores apresentaram resultados não significantes e contra intuitivos. A pesquisa considerou municípios pequenos quanto à população e economia para que conseguisse analisar sem viés como foi feito o repasse do programa. Ainda, ao considerar o caminho inverso dos estudos de focalização, destaca como características municipais importam quando se trata de repasses.

¹Bacharel em Gestão de Políticas Públicas (UFRN). Especialização em Gestão de Instituições Públicas (IFRO). Mestrando em Administração (PPGA/UFRN). gustavogro18@gmail.com.

²Bacharel em Administração. Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (UERN). Doutorando em Administração (PPGA/UFRN). Professor na Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP). fernaandopl@gmail.com.

Palavras-chave: direcionamento de gastos. recursos públicos. políticas públicas. bolsa família.

ABSTRACT

Public policies have been under different methods of evaluation and monitoring of its results post implementation, however, something that must also be considered and studied is how its targeting and transfers are being made and structured. This study aims to analyze how the transfers of the Bolsa Família Program were carried out in a subset of Brazilian municipalities, by taking into account some of their socioeconomic indicators and seeking to answer whether municipalities with worse social indicators received more transfers, in alignment with the program's objectives. For such, a quantitative linear regression method (Wooldridge, 2012) was applied to the data from 258 municipalities for the period from 2013 to 2019, identifying correlations between the variables (indicators) used and the total amount transferred to the municipalities. Results found significant negative correlations between the transfers and some indicators, suggesting that the hypothesis that these transfers were directed to more needy municipalities is true. However, other indicators showed insignificant and counterintuitive results. This research considered small municipalities in terms of their population and economy making it viable to analyze, without major biases, how the program's transfers were made. Furthermore, when considering the opposite path of the targeting studies, it highlights how municipal own characteristics matter when it comes to public transferences.

Keywords: targeting transfers. public resources. public policies. bolsa família program.

RESUMEN

Políticas públicas pasan por diferentes métodos de evaluación y monitoreo post-implementación, pero algo que también es necesario estudiar en este ámbito es la orientación de las transferencias públicas y cómo se definen o estructuran. Este estudio tiene como objetivo analizar cómo se llevaron las transferencias del Programa Bolsa Familia al estrato entre 38 y 55 mil habitantes de los municipios brasileños, considerando sus indicadores socioeconómicos, buscando responder si los con peores indicadores habrían recibido más, en línea con los objetivos del programa. El estudio cuantitativo aplicó el método de regresión lineal (Wooldridge, 2012) a datos como el IDH y el Ingreso Promedio de 258 municipios para el período 2013 a 2019, obteniendo correlaciones entre las variables utilizadas y el monto total transferido. Se evidenciaron correlaciones negativas significativas entre las transferencias y algunos indicadores, lo que indica que la hipótesis de que estas estarían dirigidas a municipios más necesitados

es cierta, sin embargo, otros indicadores presentaron resultados no significativos y contraintuitivos. Esta investigación consideró municipios pequeños en términos de su población y economía, lo que permitió analizar, sin mayores sesgos, cómo se realizaron las transferencias del programa. Además, al considerar el camino inverso de los estudios de focalización, se destaca la importancia que tienen las características propias de los municipios en lo que respecta a las transferencias públicas.

Palabras clave: orientación del gasto. recursos públicos. políticas públicas. programa bolsa familia.

1 INTRODUÇÃO

A implementação de políticas públicas, seja por meio de programas sociais, projetos ou ações específicas, tem o potencial de gerar impactos significativos na realidade de indivíduos e comunidades. Esses impactos podem se manifestar de diversas formas, como a criação de empregos, a consolidação de políticas de redistribuição de renda e a melhoria na qualidade de vida do público-alvo, por meio do fortalecimento dos serviços públicos oferecidos. A mensuração desses efeitos, sejam eles positivos ou negativos, depende diretamente de processos sistemáticos de monitoramento, análise e avaliação das políticas públicas.

Para definir o conceito de políticas públicas, Souza (2006) destaca que um ponto comum entre elas é o foco em ações e programas que impactam a realidade social, econômica e política. Essas políticas são entendidas como um conjunto de decisões e ações intencionalmente coerentes, tomadas por diferentes atores públicos e, eventualmente, não públicos, com o objetivo de resolver problemas coletivos (Dorsa, 2021). Para compreender adequadamente políticas e programas sociais, é essencial realizar análises e avaliações que capturem sua consistência teórica e seu desenho lógico, identificando as perguntas relevantes, o momento e a forma de aplicá-las. Esse processo permite a construção de um entendimento sólido da política e a elaboração de um plano de monitoramento eficaz (Jannuzzi, 2022). Além disso, devem ser vistas como estruturas normativas que orientam as ações de atores individuais e coletivos, com o propósito de promover a justiça social e a efetivação dos direitos fundamentais, especialmente os direitos sociais (Carvalho, 2022).

O acesso a políticas públicas e sociais pode ser viabilizado de diversas maneiras. No que se refere ao acesso por meio de transferência de renda, o Programa Bolsa Família (PBF) destaca-se como o maior desse tipo em execução no Brasil e no mundo (Leite; Alves; Bezerra, 2024). Criado em 2004, a partir da unificação de outros programas sociais com destinação específica, o PBF tem atuado no combate à fome, à insegurança alimentar e aos níveis mais acentuados de pobreza.

Segundo Alves, Leite Filho e Bezerra (2020), cada município recebe uma estimativa de beneficiários com base no quantitativo de pessoas de baixa renda, calculado pelo IBGE por meio de censos e pesquisas amostrais. Essa distribuição visa assegurar que as destinações dos benefícios sejam realizadas de maneira adequada, alinhando-se aos objetivos do programa de combate à fome e à pobreza. A utilização de critérios técnicos e a focalização das ações são, assim, fundamentais para o sucesso da execução do programa.

Nesse sentido, podem ser realizados estudos e avaliações que busquem mensurar os impactos do programa, ao se considerar as condições do seu público-alvo após ou mesmo antes de sua implementação. Para Boschetti (2009), deve haver intencionalidade dos avaliadores em captar as capacidades de determinada política social na expansão de direitos, redução da desigualdade e busca pela equidade. Ressalta-se ainda a importância das direções das avaliações, que podem buscar tanto os resultados em relação aos objetivos, como o momento de análise ou a grandeza dos programas sociais. Esses impactos do Programa Bolsa Família foram bastante mensurados e avaliados ao longo dos anos e sob diferentes perspectivas, desde os impactos sobre o trabalho até as metodologias mais adequadas para avaliá-lo (Nunes; Mariano, 2015; Souza, 2013).

Além disso, a focalização do programa também esteve sob olhares atentos de pesquisadores. Soares, Ribas e Soares (2009) entendem que, apesar de não ser perfeita, a focalização do programa foi considerável ao longo dos anos observados, ao alcançar, além da população mais pobre, uma parcela vulnerável que corria o risco de cair nas faixas de renda inferiores. Para melhor compreender esse conceito, deve-se abordá-lo como um instrumento capaz de evitar desperdícios, priorizar e atingir de

maneira mais concreta os vulneráveis, promovendo direitos e combate à pobreza por meio de um adequado desenho técnico (Melo, 2008). Isso foi evidenciado por Soares, Ribas e Soares (2009), ao analisar o *trade-off* entre melhorar a focalização e aumentar a cobertura do PBF, algo contestado por Paiva, Souza e Nunes (2020), que argumentam que essa correlação pode ser positiva.

Este estudo tem como objetivo analisar a alocação de recursos do PBF a partir de uma nova perspectiva que vai além dos resultados pós-implementação, como geralmente se analisa. Em lugar de centrar-se exclusivamente nos retornos do programa, busca-se entender como se dá a distribuição dos recursos, levando em consideração as características socioeconômicas dos municípios brasileiros. Essa análise pretende avaliar o impacto de variáveis como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a escolarização e a mortalidade infantil nos repasses realizados, e explorar a correlação entre essas variáveis e o valor total dos repasses do programa.

O estudo buscou responder às seguintes questões: municípios com menor IDH, menor escolarização e maior mortalidade infantil receberam um volume maior de repasses durante o período de 2013 a 2019? Como essas variáveis influenciam os repasses do programa em diferentes contextos socioeconômicos?

Na segunda sessão esse trabalho analisa como o programa tem sido avaliado mediante diferentes ângulos; aborda ainda o direcionamento dos gastos públicos para políticas e programas sociais. Na terceira são descritos os dados e o método utilizados, enquanto na quarta e quinta são discutidos os resultados e concluído o texto com retomada e reflexão do programa.

2 CRITÉRIOS DE FOCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família, reconhecido internacionalmente como uma iniciativa exemplar no combate à pobreza, recebeu, em 2013, o Prêmio por Desempenho Extraordinário em Seguridade Social pela Associação Internacional de Seguridade Social (ISSA) (IPEA, 2013). Ao longo de suas duas décadas de atuação, o programa beneficiou milhões de famílias brasileiras. Em novembro de 2024, alcançou 20,77

milhões de famílias, totalizando 54 milhões de pessoas atendidas (MDS, 2024). Desde sua implementação, o PBF tem proporcionado incrementos diretos na renda das famílias em situação de pobreza, com garantias de acesso a direitos básicos e promoção da dignidade, cidadania e redução da vulnerabilidade social.

A análise da alocação de recursos do PBF exige uma compreensão detalhada dos critérios de focalização e avaliação que orientam sua implementação e monitoramento. Esses critérios são fundamentais para garantir que os benefícios sejam direcionados aos grupos mais vulneráveis, maximizando os impactos do programa na redução da pobreza e da desigualdade.

Os municípios atuam na ponta direita do Programa Bolsa Família, sendo responsáveis pela coleta de dados a respeito das famílias e seu cadastro no programa, bem como em outros programas para os quais possam ser elegíveis. Essa divisão de responsabilidades é também fundamental para manter a cobertura do programa, como forma de garantir que os benefícios sejam direcionados ao público-alvo correto e evitar a inclusão de beneficiários fora dos critérios estabelecidos, conforme Soares, Ribas e Soares (2009).

A Lei nº 10.836/2004 estabelece os eixos sob os quais o programa opera, os quais incluem, além da transferência de renda e da estruturação do programa, a imposição de condicionalidades para a participação como beneficiário da política (Ortiz; Camargo, 2016). Essas condicionalidades, que envolvem compromissos nas áreas de saúde, educação e assistência social, reforçam o caráter multidimensional do PBF, buscando não apenas aliviar a pobreza imediata, mas também promover mudanças estruturais de longo prazo (MDS, 2024).

Um dos aspectos mais estudados é a evolução dos indicadores sociais após a implementação do PBF. Pesquisas focadas no IDH compararam o cenário antes e depois da adoção do programa, em relação a mudanças nos componentes de renda, educação e saúde. Essas análises também discutem as repercussões do PBF em áreas como o mercado de trabalho, embora enfrentam limitações devido à influência de variáveis não controladas que podem ter impactado os avanços observados (Araújo, 2017).

A focalização e a cobertura do PBF são temas centrais na literatura. A capacidade do programa em direcionar os benefícios para os estratos mais pobres da população tem sido amplamente estudada, com destaque para a redução de aproximadamente um ponto percentual no coeficiente de Gini entre 2004 e 2006. No entanto, a volatilidade da renda, mais acentuada entre os mais pobres, representa um desafio significativo para a identificação e inclusão de todos os elegíveis. Esse *trade-off* entre abrangência e precisão na focalização é uma característica intrínseca a programas de grande magnitude, como o PBF. Ampliar a cobertura pode incluir famílias que não se enquadram nos critérios de elegibilidade, enquanto priorizar a focalização pode excluir potenciais beneficiários em situação de vulnerabilidade (Soares; Ribas; Soares, 2009).

No nível municipal, um estudo (Souza et al., 2018) aplicou modelos logit de regressão para estimar a probabilidade de domicílios elegíveis serem incluídos como beneficiários. Os resultados mostram que o PBF tem maior probabilidade de cobertura em municípios com menor PIB per capita e menor população. Além disso, variáveis como taxa de analfabetismo e desigualdade de renda apresentam coeficientes positivos, sugerindo que o programa é mais eficaz em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica.

A progressividade do PBF também tem sido objeto de estudo. O coeficiente de concentração das transferências do programa apresenta uma tendência de queda ao longo do tempo, indicando que o PBF tem contribuído para a redução da desigualdade de renda, conforme medido pelo coeficiente de Gini. Esse resultado é significativo, especialmente considerando os valores relativamente modestos dos repasses para cada família (Paiva; Souza; Nunes, 2020).

Apesar dos avanços, a focalização do PBF ainda enfrenta desafios significativos. Mais recentemente foi destacada a necessidade de atualizar os critérios de elegibilidade para refletir mudanças nas dinâmicas socioeconômicas (Campello; Neri, 2022), como a urbanização acelerada e o aumento da informalidade no mercado de trabalho. Além disso, a integração do PBF com outras políticas sociais, como programas de geração de emprego e renda, tem sido apontada como uma estratégia essencial

para ampliar seus impactos e reduzir a dependência dos beneficiários em relação às transferências de renda (Lindert; Linder, 2021).

A compreensão dos critérios de focalização e avaliação do PBF é essencial para analisar como os recursos do programa são direcionados e distribuídos. Na próxima subseção, exploraremos em detalhes o direcionamento dos gastos, considerando as características socioeconômicas dos municípios brasileiros e sua relação com os repasses do programa.

2.1 Direcionamento dos gastos

Como dito, o PBF passou por diversas análises e avaliações que proporcionaram um melhor entendimento de seu funcionamento, assim como seu público, sua aplicabilidade e impacto. Mas também, para Fagnani (2009), um indicador que deve ser utilizado, entre outros, é o da direção dos gastos com os programas, em que se torna possível perceber o propósito e o verdadeiro direcionamento. Nesse sentido, a alocação de recursos numa política também precisa ser levada em consideração quando uma avaliação é proposta. Assim, entre as possibilidades, é essencial a realização de uma análise dos repasses feitos ao programa bolsa família, para se obter uma melhor interpretação não apenas de seus resultados, mas também dos antecedentes que justificaram a implementação e os respectivos investimentos.

Corroboram a isso Coady, Gros e Hoddinott (2004) ao expressarem que pode haver erros na focalização de um programa, mas que isso pode ser minimizado, por meio da aplicação do método mais apropriado à situação. Ainda que provavelmente ocasione um *trade-off*, os avaliadores devem se preparar para tolerar eventuais erros, enquanto custo da decisão tomada da forma e como ocorreu a implementação.

O direcionamento dos gastos públicos é um dos principais instrumentos do Estado, no que corresponde à implementação de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento social e econômico. A alocação dos recursos orçamentários define as prioridades governamentais e influencia diretamente a qualidade de vida da população, especialmente em países marcados por desigualdades estruturais, como o Brasil. Nesse contexto, os programas sociais assumem um papel

central na redução da pobreza e na garantia de direitos fundamentais às populações em situação de vulnerabilidade (Arretche, 2004; 2018).

Os gastos públicos podem ser classificados em diversas categorias, entre elas as despesas com políticas públicas universais, como saúde, educação e segurança, e os programas sociais focalizados, que visam atender segmentos específicos da população. No Brasil, a Constituição de 1988 estabeleceu um marco na estruturação das políticas sociais ao garantir um modelo de seguridade social amplo, que inclui assistência social, previdência e saúde.

O orçamento destinado ao PBF deve levar em consideração as diretrizes do governo federal quanto à proteção social e ao enfrentamento da pobreza. Em 2023, os gastos com o programa registraram um aumento significativo de 47,1% em comparação a 2022, evidenciando sua centralidade na política social do atual governo (Miato, 2024). Esse crescimento orçamentário foi impulsionado pelo reajuste nos valores dos benefícios e pela ampliação da cobertura, visando atender um maior número de famílias em situação de vulnerabilidade. A medida reforça a importância do programa no combate à insegurança alimentar e à exclusão social, especialmente após os impactos socioeconômicos da pandemia da COVID-19.

O modo pelo qual os recursos do PBF são distribuídos entre os municípios brasileiros depende de variáveis socioeconômicas, como taxa de analfabetismo, nível de renda per capita e percentual da população vivendo abaixo da linha da pobreza (Domingues, 2018). Estudos indicam que municípios com menor PIB per capita e maiores índices de privação social tendem a receber um volume mais elevado de recursos do programa, evidenciando um direcionamento prioritário para as regiões de maior vulnerabilidade (Denes; Komatsu; Menezes-Filho, 2018). Além disso, a eficiência da gestão do programa é avaliada por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que monitora a qualidade do cadastro das famílias beneficiárias e o acompanhamento das condicionalidades, como frequência escolar das crianças e acesso à saúde preventiva.

Os impactos do PBF na economia local também são amplamente discutidos na literatura. Diversos estudos apontam que os recursos do programa são

majoritariamente utilizados para suprir necessidades básicas, como alimentação, moradia e vestuário, o que impulsiona o consumo e dinamiza economias locais, especialmente em pequenos municípios que dependem fortemente da circulação desses recursos (Rocha; Mattos; Coelho, 2018).

Por isso, o PBF deve ser analisado dentro do contexto mais amplo do orçamento público federal destinado a políticas sociais. O crescimento da dívida pública e os desafios fiscais enfrentados pelo governo impõem restrições à ampliação dos investimentos em programas sociais, o que demanda um planejamento estratégico para garantir a sustentabilidade financeira dessas iniciativas. Nesse sentido, o fortalecimento da arrecadação e a revisão de subsídios fiscais podem ser alternativas para manter a capacidade do Estado de investir em políticas de transferência de renda sem comprometer o equilíbrio fiscal (Lagemann, 2020).

Dessa forma, o direcionamento dos gastos do Programa Bolsa Família deve ser compreendido como parte de uma política pública mais ampla voltada à redução das desigualdades e à promoção da inclusão social. A evolução do programa ao longo das últimas décadas demonstra sua importância como instrumento de combate à pobreza, mas também evidencia a necessidade de aprimoramentos contínuos na gestão, no monitoramento e na avaliação de seus impactos. O desafio do Estado é garantir que esses recursos sejam utilizados de forma eficaz e sustentável, assegurando que os benefícios cheguem àqueles que realmente necessitam e contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3 METODOLOGIA

Para a coleta dos dados, foram considerados 258 municípios com população entre 38 e 55 mil habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2010 – dado que a análise compreenderá o período 2013-2019 essa variável precisa ser anterior aos gastos. Essa escolha fundamenta-se na análise do Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abrangendo municípios de Pequeno Porte II e Médio Porte. O critério adotado busca garantir homogeneidade quanto à população e ao número de beneficiários, ao mesmo

tempo que mitiga efeitos de variáveis não observáveis que impactam municípios de grande porte. Ademais, evita-se a inclusão de municípios muito pequenos, que podem apresentar dinâmicas específicas, limites de atuação do Programa Bolsa Família (PBF) e insuficiência de dados.

Para tanto, optou-se pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), utilizando uma regressão linear multivariada com dados amostrais coletados para mensurar a magnitude dos coeficientes de cada variável. A abordagem visa testar hipóteses sobre os efeitos dessas variáveis, como o IDH, escolarização e mortalidade infantil, no volume total dos repasses realizados pelo PBF.

A análise proposta será conduzida por meio de modelos de regressão linear simples e multivariada, sensíveis à magnitude do coeficiente (ou efeito) de cada variável independente sobre a variável dependente (Wooldridge, 2012). O método de estimação adotado será o de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), que considera os desvios da amostra ao estimar os valores mais prováveis para os coeficientes do modelo. Esse procedimento permite prever a relação entre as variáveis e compreender o comportamento da variável dependente (Y) em função da variável independente (X).

Inicialmente, será estimado um modelo de regressão linear simples para avaliar o efeito da variável IDH sobre os repasses do PBF aos municípios, representado por:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X + u$$

Em que Y (variável dependente) é o valor do repasse estimado dada a variação de X (variável independente), que é o índice de desenvolvimento humano. β_0 é o intercepto do modelo, valor estimado de Y quando todo o resto das variáveis for constante, possuindo a priori pouca aplicabilidade para a análise. β_1 é o coeficiente da variável independente – IDH – que atuará como peça-chave para mensurar a magnitude de seu efeito sobre os repasses. E u os dados não observáveis, não incluídos no modelo, mas que podem influenciar os resultados.

No modelo de regressão multivariada, expresso abaixo, no qual se estrutura este estudo, serão adicionadas mais variáveis ao modelo inicial apresentado anteriormente. Buscando entender como se comporta agora o IDH junto dos novos

indicadores. X2 representa a escolarização e possui como coeficiente β_2 , enquanto X3 corresponde à mortalidade infantil, associada ao coeficiente β_3 . Assim, a análise passa a considerar se há pulverização, ou diminuição do efeito do IDH sobre o repasse, ao considerar os possíveis efeitos dos outros indicadores sobre Y . Temos então a seguinte expressão:

$$y = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \beta_3 x_3 + \beta_4 x_4 + \beta_5 x_5 + u$$

Essas variáveis além de poderem explicar mais os repasses que apenas a correlação com o IDH, foram escolhidas para testar esses repasses em relação às condicionalidades de educação e saúde do PBF. X4 representa ainda o indicador renda domiciliar média, agregando à análise conjunta os diferentes fatores que podem influenciar os repasses do Programa Bolsa Família.

O indicador número de beneficiários por município foi incluído como variável de controle e compõe o modelo indicado (X5), permitindo que seu efeito sobre o valor total dos repasses seja avaliado. A hipótese subjacente é que municípios maiores e com maior número de beneficiários tendem a receber repasses mais elevados, de modo que a inclusão dessa variável ajuda a atenuar os efeitos das demais, reduzindo distorções na interpretação dos resultados.

Na definição das unidades amostrais da pesquisa, foram identificados 258 municípios brasileiros que se enquadram nos critérios mencionados. Os dados sobre esses municípios foram obtidos a partir das bases do IBGE Cidades e do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME, 2010-2013), referentes a períodos anteriores ao analisado e depois carregados no software *Stata*, permitindo que os repasses do PBF possam ser devidamente avaliados em função dos indicadores. O mesmo ocorreu para os dados referentes aos repasses, obtidos mediante solicitação ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome feita através da plataforma Fala Brasil.

Os anos analisados compreendem o período de 2013 a 2019. Isso se deu pelo momento em que o programa amadureceu e ampliou os beneficiários (decreto 7.492/2011) e mais ficou estável (Campello; Neri, 2013), também, devido ao início da pandemia de COVID-19 em 2020, o que resultou em mudanças substanciais nos

valores dos benefícios (MDS, 2024). Os anos fora desse contexto impossibilita a agregação homogênea de todos os períodos em uma única análise, tornando necessária a separação temporal e a adequação dos valores proporcionais.

A análise aqui proposta permite identificar se o IDH, a escolarização, a mortalidade infantil e a renda média domiciliar possuem efeitos significativos sobre os repasses do PBF. Essa abordagem possibilita uma análise geográfica dos repasses do Programa Bolsa Família por meio de indicadores municipais, permitindo examinar se os recursos foram direcionados com maior intensidade para municípios com piores indicadores sociais. Dessa forma, o estudo contribui para avaliações, análises e discussões sobre a alocação de recursos desse e de outros programas sociais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Quadro 1 abaixo descreve as variáveis utilizadas no modelo. Alguns dos indicadores foram transformados em logaritmo natural (o que possibilita a análise através de valores percentuais), então o quadro apresenta a variável e traz sua versão em log.

Quadro 1 – Descrição das variáveis utilizadas

Variável	Descrição
hab2010	Número de habitantes de acordo com o censo 2010
benefi1319	Quantidade média de beneficiários entre 2013-2019
valorben1319	Valor médio do benefício entre 2013 e 2019
idh2010	Índice de Desenvolvimento Humano – 2010
Idh_100	IDH escalonado para percentual
escol2010	Índice de Escolarização do município – 2010
mortinf2011	Taxa de Mortalidade Infantil do município – 2011
totrepass1319	Total repassado ao município, em reais, 2013-2019
ltotrepass1319	Total repassado, 2013-2019, em logaritmo natural
rendadom2010	Renda Domiciliar média do município - 2010

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do IBGE e BME.

Conforme a Tabela 1, a média de habitantes nos 258 municípios é de 45.579, sendo o mínimo 38.029 é o máximo 54.955, dentro do extrato definido pelo estudo. A média de beneficiários por município no período foi de 4.316, com mínimo de 399 e

máximo 10.725. Esse distanciamento entre o valor mínimo e máximo dos beneficiários indica a necessidade de usar-se aqui essa variável como controle, uma vez que essa disparidade entre os habitantes afeta diretamente no valor total repassado pelo programa aos municípios, mais beneficiários resultariam em maiores valores repassados.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

Variável	Obs	Média	Desv. Pad.	Min	Max
hab2010	258	45579.271	4944.803	38 029	54 955
benefi1319	258	4316.155	2777.548	399	10 725
idh2010	258		0.078	0.483	0.796
		0.671			
escol2010	258		2.632	74.8	99.6
		96.67			
mortinf2011	258	13.875	4.786	3.09	27.4
valorben1319	258	166.223	28.94	109.61	278.02
totrepass1319	258	64.423.561	48.874.687	5.226.811	204.818.592
rendadom2010	258	1484.124	572.926	594.34	2790.94

Fonte: elaborada com base nos dados do IBGE e BME.

A variável IDH apresenta uma média de 0.671 na amostra, com um máximo de 0.796 e mínimo de 0.483. Há certa dispersão desse índice nesses municípios (desvio padrão de 0.078), porém este se apresenta como uma boa variável para buscar entender o direcionamento dos gastos nos municípios visto que, em média, não é um valor alto. Os valores das outras variáveis como valor médio do benefício entre 2013 e 2019 (valorben1319) e valor total repassado ao município nesse período (totrepass1319) podem ser percebidos na tabela.

O valor médio de repasse aos municípios no período foi de 64 milhões de reais, sendo observado como maior valor um repasse de quase 205 milhões. Por intermédio desse estudo e utilizando os controles melhor elegíveis será possível analisar como ficou essa distribuição em torno dos indicadores socioeconômicos, ao analisar se essa distribuição se apresenta bem condicionada aos indicadores trazidos aqui.

Iniciando as regressões, buscou-se primeiro analisar a correlação entre o valor total médio repassado aos municípios no período indicado e o IDH. Assim, como saída

dessa regressão inicial pôde ser percebido que um aumento de um ponto percentual no IDH dos municípios resulta, em média, numa redução de 10% no valor do repasse. A variável total repassado aos municípios e IDH foram colocadas em *log* para uma interpretação a partir de pontos percentuais, como pode ser percebido na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Regressão simples

Itotrepass1319	Coef.	Err. P.	Valor t	Valor p	[95%]	IC]	Sig
idh_100	-.1004745	.004	-25.60	0	-.108	-.093	***
Constante	24.378	.259	93.97	0	23.867	24.889	***
R ²		0.753	Número de obs.		258		
Teste F		655.368	Prob > F		0.000		

Significância: *** $p < .01$, ** $p < .05$, * $p < .1$

Fonte: elaborada pelos autores.

Apesar de apresentar alta significância (p-valor = 0) e um R² de 0.75, a magnitude que a variável IDH apresentou se mostra demasiadamente robusta, isso pode ser explicado pelo fato desse primeiro modelo ter considerado apenas essa variável como independente. No entanto, parte da literatura já aponta que esse é o caminho que o programa vem trilhando, em que os municípios com piores valores nesse e em outros indicadores são os principais alvos do programa (Domingues, 2018; Paiva; Souza; Nunes, 2020). A resposta dessa variável no modelo agrupa e confirma a relevância do programa uma vez que cidades com IDH baixo estão propensas a ter maiores concentrações de pobreza. Além disso, essas cidades podem ainda estar concentradas geograficamente (Silva; Borges; Parré, 2013), porém é necessário interpretar o IDH isolado aqui com cautela.

Conforme análise anterior, apenas esse índice não explicará todo o repasse aos municípios considerados por esse estudo. Então, seguindo com o modelo de regressão multivariada, foram adicionadas as variáveis: (i) número médio de beneficiários por município no período (benefi1319), que servirá como variável de controle, uma vez que o valor repassado está totalmente ligado à quantidade de beneficiários; (ii) taxa de escolarização, buscando aferir sua correlação com os repasses e relação dessa

variável com a condicionante escolaridade do programa; (iii) taxa de mortalidade infantil, também com relação a sua condicionante no programa; e (iv) valor médio da renda domiciliar nos municípios, buscando aferir se o direcionamento do gasto com o programa indica maiores repasses para cidades com menor renda média. A Tabela 3 traz esses resultados.

Tabela 3 – Regressão multivariada

Itotrepass1319	Coef.	Err. P.	Valor t	Valor p	[95%	IC]	Sig
idh_100	.01929	.007	2.69	.008	.005	.033	***
benefi1319	.00027	0	17.71	0	0	0	***
escol2010	-	.007	-5.14	0	-.052	-.023	***
	.03736						
mortinf2011	.00323	.004	0.88	.377	-.004	.01	
rendadom2010	-	0	-3.54	0	-.001	0	***
	.00035						
Constante	19.230	.559	34.43	0	18.131	20.33	***
R ²		0.919	Número de obs.		258		
Teste F		417.850	Prob > F		0.000		

Significância: *** $p < .01$, ** $p < .05$, * $p < .1$

Fonte: elaborada pelos autores.

Analizando o possível efeito (ou correlação) do IDH sobre o repasse, considerando as novas variáveis incluídas no modelo, é possível perceber que agora seu sinal passa a ser trocado, ou seja, uma vez que essa variável é considerada junto a outros indicadores sociais passa a perder magnitude e não mais explica (ou atrai) os repasses feitos pelo programa. Isso significa que quando as outras variáveis são consideradas pelo modelo o IDH ser alto deixa de estar correlacionado com menores repasses. Indicando, mesmo que com baixa magnitude e contraintuitivamente, que municípios com menores IDH não estariam recebendo maiores repasses.

Esse achado não necessariamente evidencia uma grande fraqueza na implementação do programa, uma vez que, como Silva (2015) apontou, municípios mais pobres conseguem se motivar e agir melhor sobre implementações e repasses, quando se encontram em piores condições. No entanto, os municípios com piores indicadores não precisam se sobressair com relação a outros municípios mais bem preparados caso o direcionamento dos repasses se apresentasse mais equilibrado.

Como há a presença de endogeneidade nessa análise – X afetando Y e Y afetando X – ou seja, municípios mais pobres afetam os valores do repasse, uma vez que o cálculo do programa considera a parte com menor renda entre seus habitantes, o que afetaria diretamente o IDH. Assim, é necessário então reiterar que esse estudo busca analisar a correlação entre as variáveis em questão e não causalidade. A focalização do PBF se mostrou precisa atingindo as parcelas que mais necessitam (Paiva, Souza, Nunes, 2020), no entanto, a luz do método e da perspectiva teórica adotada, a cobertura poderia estar melhor equilibrada se, durante o cálculo para direcionamento dos repasses fossem considerados de forma mais determinante os índices municipais individuais.

Quando se trata da renda domiciliar média, o resultado do modelo é significante e aponta que municípios com maior renda média teriam recebido menores valores em repasses, o que reforça os interesses ideológicos da criação e implementação do programa. Em média, para cada unidade de real a mais na renda domiciliar, estima-se uma redução de 0.035% do total repassado ao município. Em contraponto ao resultado obtido pelo IDH, essa variável aponta que de fato o programa teve como alvo municípios que mais precisam do auxílio, ao se analisar exclusivamente o fator renda.

Ao isolar essa variável do modelo e testar diretamente sua correlação com a variável valor médio do benefício pago aos beneficiários, durante o período em questão, os resultados indicam que, de fato, há uma correlação negativa entre a renda média domiciliar dos municípios e o valor médio do benefício, expressando que cidades com maiores rendas teriam recebido menores valores médios. A correlação é de 48%, como descrito na Tabela 4.

Tabela 4 – Matriz de correlações

Variáveis	(1)	(2)
(1) valorben1319	1.000	
(2) rendadom2010	-0.482	1.000

Fonte: elaborada pelos autores.

No decorrer da análise, a variável quantidade de beneficiários por município, inserida como controle, apresentou resultado dentro do esperado. Para o aumento de um beneficiário, estima-se um aumento médio de 0.027% no repasse do PBF. Quanto à mortalidade infantil, o resultado também se mostrou conforme a hipótese levantada, de que municípios com maiores taxas de mortalidade apresentaram, em média, ter maiores repasses. No entanto, essa variável não foi considerada significante pelo modelo (p-valor de 37.7%), sendo assim não é possível apontar sua correlação com o valor repassado.

A mortalidade infantil ter mostrado não atrair repasses com significância estatística pode se mostrar algo que requer uma maior atenção. Com os valores e beneficiários passando por uma expansão, numa busca pela redução da extrema pobreza (Lei 12.715/2012), essa variável deveria apresentar uma maior magnitude (em atrair repasses), uma vez que como o benefício garante o mínimo para subsistência das famílias, esse indicador pode apresentar melhorias caso seja considerado para o repasse.

Uma variável com um resultado de destaque é a da taxa de escolarização entre 6 e 14 anos de idade, selecionada pela condicionalidade educação. No modelo, o aumento de um ponto percentual na escolarização está correlacionado com uma redução média de 3.7% no valor dos repasses observados na amostra, com significância estatística e maior magnitude até então. Isso significa que cidades com piores índices de escolaridade teriam conseguido mais repasses, o que vai totalmente ao encontro da importância do direcionamento do incentivo financeiro alinhado aos piores indicadores sociais.

Há então duas variáveis em acordo com as hipóteses levantadas e duas com resultados que se mostraram contra intuitivos. Ter mais repasses indo para os municípios com piores indicadores de escolarização e menor renda média não apenas evidência que o programa consegue atingir esses objetivos, mas também é algo já atestado pela literatura. Conforme sustentado por Souza et al (2018), os municípios com menor PIB per capita e maior taxa de analfabetismo possuem maior probabilidade de cobertura.

No entanto, a variável proxy para saúde, mortalidade infantil, não ter se mostrado significante para atração dos repasses foi uma surpresa. Alinhado a isso, a variável IDH, quando analisada conjuntamente, também não teve alto poder de explicação sobre os repasses. Conforme dito nas primeiras sessões, uma reformulação que considere mais características próprias de cada município poderia ser bem-vinda para melhorar ainda mais o programa. Existem projetos na câmera dos deputados que buscam incluir o IDH para melhorar a eficiência dos repasses feitos para programas sociais – ainda em análise pelos deputados (Câmara dos Deputados, 2024).

Para além dos necessários estudos acerca dos resultados do PBF, analisar o caminho inverso, ou seja, como se deu primeiramente o direcionamento do investimento no programa e as características e indicadores socioeconômicos dos municípios também é de grande interesse para a administração pública. As transferências da União com base em critérios insuficientes foram objeto de estudo também com relação a destinação do Fundo de Participação dos Municípios brasileiros (FPM). Como Politi e Mattos (2013) apontam, municípios com até 142 mil habitantes recebem repasses unicamente com base no critério populacional e isso gera distorções. Nesse sentido, a metodologia de cálculo do repasse pode se mostrar injusta com alguns municípios, especialmente os não tão desenvolvidos e localizados em regiões metropolitanas, mas sem compartilhamento de características da RM.

Assim, entender como se deu o repasse do Programa Bolsa Família possibilita melhor entendimento do método de direcionamento de repasses, sob quais critérios e se estes são suficientes. Como os recursos são previamente calculados com base em estimativas da população com baixa renda (MDS, 2024), ainda que as correlações buscadas aqui não tenham apresentado considerável magnitude em algumas variáveis, com base nos estudos anteriores é possível afirmar que o PBF está bem direcionado às parcelas mais próximas da pobreza (Souza et al., 2018; Paiva; Souza; Nunes, 2020).

Por outro lado, com base em análise do direcionamento desse gasto torna-se clara a necessidade de mais estudos que consigam aferir se a crescente cobertura do programa consegue se concentrar e cobrir ainda mais áreas com piores indicadores e em municípios que concentram parcelas da população mais necessitadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar ou avaliar uma política pública pode não apenas ter foco no acompanhamento dos resultados, mas também considerar como os esforços e recursos foram inicialmente alocados. Este artigo propõe entender como foram direcionados os repasses feitos pelo programa Bolsa Família a um certo estrato de municípios brasileiros por meio da busca de correlações entre indicadores socioeconômicos e uma variável principal de interesse, o valor total repassado. As hipóteses levantadas propuseram entender se o IDH, a escolarização, a mortalidade infantil e a renda média domiciliar possuem efeitos significativos sobre o valor dos repasses do PBF aos municípios.

Os métodos utilizados apontaram que a variável IDH, quando analisada conjuntamente a outros indicadores, não demonstra impacto considerável sobre os valores repassados pelo programa aos municípios, o que pode indicar um certo descompasso, mas não necessariamente enfraquece o programa uma vez que este, como a literatura demonstra, consegue atingir seus objetivos.

Quanto às variáveis escolarização e renda média domiciliar, parecem bem correlacionadas com os interesses do PBF, se mostraram significantes na captação dos repasses feitos e atestam como o programa pode ser equilibrado, ao atender parcelas da população que mais carecem nessas áreas. Ainda, o indicador da renda média atrair recursos pode ser um bom contraponto a insignificância estatística do IDH, uma vez que municípios com menores rendas médias estariam bem atendidos.

Apesar de a variável mortalidade infantil não ter apresentado melhores resultados com a aplicação desse método, não deve ser visto como uma fraqueza do programa, mas uma forma de agregar a discussão de como mais indicadores característicos de cada município podem definir a forma que serão feitos os repasses.

Deste modo, a discussão aqui abordada reitera a importância de considerar as políticas públicas em um passo anterior a sua implementação, diante da hipótese de

como um melhor direcionamento de repasses pode ser feito para que haja maior aplicabilidade das políticas. Ainda, se destaca que esses resultados se referem ao estrato de municípios selecionado pelo estudo, cabendo novas análises e estudos que considerem municípios maiores e testem as hipóteses mediante suas características, isolando efeitos que capitais e grandes municípios poderiam ter sobre os repasses.

Por fim, vale ressaltar que este estudo não busca substituir ou ignorar a análise de outros extratos populacionais ou períodos não contemplados na pesquisa. Pelo contrário, reforça a importância de investigações adicionais que utilizem as ferramentas aqui empregadas para promover novas análises e explorar potenciais correlações, entre variáveis não abordadas neste trabalho, ampliando o escopo das discussões sobre políticas públicas e alocação de recursos sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Simone Tiessa de Jesus; LEITE FILHO, Geraldo Aleandro; BEZERRA, George Eduardo. Relação entre o desempenho de gestão e as variáveis que influenciaram a eficiência e a efetividade do programa Bolsa Família. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 12, n. 4, 2020. <https://doi.org/10.21118/apgs.v12i4.7318>.

ARAUJO, Jailton Macena de. Trabalho, Crise e Políticas Assistenciais: Análise dos impactos do programa bolsa família no índice de desenvolvimento humano brasileiro. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 4, n. 2, p. 23-38, jun. 2017. <https://doi.org/10.19092/reed.v4i2.138>.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 17-26, jun. 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392004000200003>.

ARRETCHE, Marta. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, e339613, 2018. <https://doi.org/10.17666/339613/2018>.

BOLSA Família chega a 20,77 milhões de famílias a partir desta quinta (14). **Secretaria de Comunicação Social**, Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), 14 de novembro de 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/bolsa-familia-chega-a-20-77-milhoes-de-familias-em-novembro-com-42-mil-novos-beneficiarios>.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL recebe prêmio internacional por Bolsa Família. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, 2013. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?Itemid=1&catid=4%3Apresidenci a&directory=1&id=20191%3Aipea-e-mds-apresentam-dados-ineditos-sobre-o-bolsa-familia&option=com_content&view=article. Acesso em: 1 fev. 2025.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família**: Uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2022.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família**: Uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de. O Estado Social e o papel das políticas públicas para o alcance da justiça social. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [S.L.], v. 12, n. 3, p. 83-106, 2022. <http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v12i3.8366>.

COADY, David; GROSH, Margaret; HODDINOTT, John. **Targeting of Transfers in Developing Countries**: Review of Lessons and Experience. The International Bank for Reconstruction and Development, The World Bank, Washington, D. C. 2004.

DENES, Guilherme; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, v. 72, n. 3, p. 292-312, ago. 2018. <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20180014>.

DOMINGUES, José Maurício. Lavinas L. The takeover of social policy by financialization: the brazilian paradox. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 535-536, jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201811715>.

DORSA, Arlinda Canteiro. EDITORIAL. **Interações** (Campo Grande), v. 22. 329-332, 15 set. 2021. Universidade Católica Dom Bosco. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v22i2.3504>.

FAGNANI, Eduardo. Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas públicas. In: RICO, Elizabeth Melo (org.) **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE CIDADES. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 set. 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas Sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas** (PPP-IPEA), [S.I.], n. 36, 2022. www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228.

LAGEMANN, Eugenio. As Despesas de Previdência Social e do Serviço da Dívida no Contexto da Crise Fiscal Brasileira Recente. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, [S. I.], v. 6, n. 10, p. 68-87, 2020. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/9306>.

LEITE, Francisco Fernando Pinheiro; ALVES, Larissa da Silva Ferreira; BEZERRA, Sara Taciana Firmino. Histórico da Transferência de Renda do Brasil. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 13, p. 545-571, 2024. <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/15833>.

LINDERT, K.; LINDER, A. **Social Protection in Brazil: Impacts on Poverty and Inequality**. Washington, DC: World Bank Group, 2021.

MIATO, Bruna. Gasto com Bolsa Família aumenta 47% em 2023, diz IBGE; necessidade de financiamento do governo cresce 111%. **Globo**, Brasil, 27 de novembro de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/11/27/financas-publicas-2023-necessidade-de-financiamento.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). **Ações e programas**. Bolsa Família. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). **Relatório de Programas e Ações**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/index.php#bolsafamilia>.

MELO, Sonia Rebouças da Silva. **Análise de Focalização e sua Aplicação para o Caso do Programa Bolsa-Família**. 2008. 179 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3737>.

NUNES, José Antonio; MARIANO, Jorge Luiz. Efeitos dos programas de transferência de renda sobre a oferta de trabalho não agrícola na área rural da região nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 71-90, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301004>.

ORTIZ, Lúcio Rangel Alves; CAMARGO, Regina Aparecida Leite. Breve histórico e dados para análise do Programa Bolsa Família. **Anais** [...]. Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. II. UNESP. França, 2016.

PAIVA, Luis Henrique; SOUZA, Marconi Fernandes de; NUNES, Hugo Miguel Pedro. **A Focalização do Programa Bolsa Família (PBF) no período 2012-2018, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2567). <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10082>.

POLITI, Ricardo Batista; MATTOS, Enlinson. Transferências Intergovernamentais e Equalização Fiscal Regional: evidências para municípios do brasil. In: ANPEC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 41., 2013, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. Foz do Iguaçu: Anpec, 2013. p. 1-19. <https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2013>.

PORTELA SOUZA, André; DUARTE, Janete; SEMEDO NEVES, José de Anchieta; PORTELA DE OLIVEIRA, Plínio; RICARDO DE BRITO GADELHA, Sérgio. Uma investigação sobre a focalização do Programa Bolsa Família e seus determinantes imediatos. **Economia Aplicada**, São Paulo, Brasil, v. 22, n. 3, p. 119–148, 2018. <https://doi.org/10.11606/1980-5330/ea168729>.

PROJETO inclui IDH como critério para ajuda aos municípios em programas de segurança alimentar. **Agência Câmara de Notícias**, Câmara dos Deputados, 20 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1036784-projeto-inclui-idh-como-criterio-para-ajuda-aos-municipios-em-programas-de-seguranca-alimentar/>.

ROCHA, Mirian Aparecida; MATTOS, Leonardo Bornacki de; COELHO, Alexandre Bragança. Influência do Programa Bolsa Família na alocação de recursos: uma análise considerando a presença de mulheres no domicílio. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 27, n. 3, p. 997-1028, set. 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2018v27n3art11>.

SILVA, Leandro Nunes Soares da; BORGES, Murilo José; PARRÉ, José Luiz. Distribuição Espacial da Pobreza no Paraná. **Revista de Economia**, [S. l.], v. 39, n. 3, 2013. <https://doi.org/10.5380/re.v39i3.33938>.

SOARES, Sergei; RIBAS, Rafael Perez; SOARES, Fábio Veras. **Focalização e Cobertura do Programa Bolsa-Família**: Qual o significado dos 11 milhões de famílias? Rio de Janeiro: Ipea, 2009. (Texto para Discussão, n. 1396). <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1398>.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Pedro Herculano G. F. Uma metodologia para explicar diferenças entre dados administrativos e pesquisas amostrais, com aplicação para o bolsa família e o benefício de prestação continuada na PNAD. **Revista Brasileira de Estudos de População**,

[S. l.], v. 30, n. 1, p. 299–315, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000100014>.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introductory Econometrics: A Modern Approach**. 5. ed. Mason, OH: South-Western, 2012.

Data de submissão: maio de 2025

Data de aceite: julho de 2025